

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011152-86.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Jonathan Moreira Cremonezzi**
Requerido: **Banco Bradescard S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor se volta contra cadastro de seu nome no banco de dados dos órgãos de proteção ao crédito, lavrado pelo réu contra ele sem que houvesse motivo para tanto.

Almeja à a declaração da inexigibilidade do débito e ao ressarcimento pelos danos morais que eles lhe causaram.

Em contestação o réu especificou o débito que rendeu ensejo a negativação do autor, reafirmando a existência da dívida, a qual não foi adimplida pelo autor, a qual tem origem na utilização de um cartão de crédito.

Juntou ainda fatura em nome do autor, bem como, pleiteou a pesquisa de endereço para confronto dos dados cadastrais.

As fl. 139 foi realizada pesquisa no banco de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

dados da Receita Federal do Brasil, e o endereço do autor lá constante é o mesmo indicado pela ré a fl. 64.

Tal cenário viabilizou as negativas trazidas à colação.

O autor ficou silente nada se manifestando a propósito dos dados apresentados.

A conjugação desses elementos conduz à rejeição da postulação vestibular.

Com visto a ré comprovou a relação contratual existente entre as partes e a legitimidades do débito discutido.

Nem mesmo a aplicação ao caso do art. 6º, inc. VIII, do CDC, favoreceria o autor, pois houve suficiente comprovação de que o réu tinha respaldo para a cobrança dos débitos.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fls. 28/29, item 1
Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 04 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**